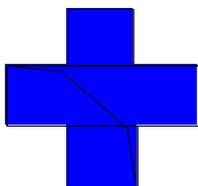




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTESIMA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez**, às quatorze horas e trinta minutos, no
2 Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá/MT deu início à **sexagésima segunda reunião**
3 **extraordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. **O Presidente Augusto Carlos**
4 **Patti do Amaral** fez os devidos cumprimentos e da posse aos novos Conselheiros: nesse momento
5 dou posse conforme Ato de publicação nº 4516 ao Sr. Edvande Pinto de França como titular e a Sra.
6 Antonieta Luiza Costa como suplente, ambos representando o Movimento de Raças no Conselho
7 Estadual de Saúde, dou posse também conforme Ato publicado nº 2551 ao Sr. Lousite Ferreira da
8 Silva como titular e Catarina Pereira Chagas como suplente ambos representando a Associação dos
9 Aposentados no Conselho Estadual de Saúde. Após o Ato de posse e a conferência de quorum o
10 Presidente da início a reunião do período **MATUTINO. Pauta 2.1** Análise, encaminhamentos e
11 aprovação das resoluções da CIB (2008/2009/2010) e processos da Auditoria. **O Presidente,**
12 **Augusto Carlos** passa a fala para o Auditor Geral do SUS, o Sr. Eliberto Francisco da Cruz, para que
13 o mesmo faça os esclarecimentos sobre os processos encaminhados ao Conselho. **O Sr. Eliberto**
14 **Francisco** faz os devidos cumprimentos ao Pleno e diz: O Conselho, em abril de 2009 aprovou uma
15 resolução que diz que os relatórios da Auditoria teriam que ser encaminhados para conhecimento do
16 Conselho, esses relatórios no nosso entendimento é que eles são base de consulta, de análise, para os
17 trabalhos dos conselheiros, para se verificar a real situação dos municípios quando fizerem as ações
18 de monitoramento, subsidiando as ações da Comissão de Monitoramento. Se nós formos discutir cada
19 constatação, cada recomendação trabalho técnico ficará literalmente inviável, então a proposta seria o
20 seguinte: que esses relatórios seriam utilizados nas comissões como base de consulta para as ações de
21 monitoramento nos municípios e caso o Conselho necessitar de informações a auditoria poderia ser
22 convocada para esclarecimentos dos assuntos, essa é a proposta da Auditoria, até mesmo porque nós
23 temos aqui mais de cem relatórios e se formos verificar ponto por ponto será totalmente inviável. **A**
24 **Conselheira Marivanda diz:** Concorda com o encaminhamento do Sr. Eliberto, diz ainda que será
25 necessário criar um fluxo de trabalho dentro do Conselho devido à grande demanda. **A Conselheira**
26 **Maria Aparecida Amorim diz:** a proposta foi de que não fosse apresentado um a um, nós
27 temos uma pauta eu acho que deveríamos ter pelo menos uma síntese das demandas da Auditoria,
28 porque o conselho tem que ter uma leitura de quais foram os entraves que a saúde tem e o que está
29 sendo demandado para as Auditorias. Temos que ter o conhecimento pelo menos da síntese. **A**
30 **Conselheira Leila Boabaid diz:** A minha proposta é a criação de uma resolução dizendo quais
31 matérias seriam objeto de discussão e aprovação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, quais as
32 matérias teriam que vir para este Pleno, as questões financeiras as matérias que envolvem realmente a
33 Política isso sim e não matérias de credenciamento e descredenciamentos de equipes de saúde as
34 família, por exemplo. **A Conselheira Jucélia diz:** acho que a Auditoria teria que passar para o
35 Conselho a síntese dos processos, deixar o processo todo apenas para conhecimento, não acho viável
36 passar relatório por relatório nesse momento. Queria também que a Norma passasse as resoluções já
37 direto para as Comissões já separadamente, o que for resolução de RH já iria direto para essa
38 Comissão e assim sucessivamente. **A Conselheira Marivanda diz:** Quero deixar claro aqui que já
39 existia uma metodologia de trabalho para hoje, que foi decidida na reunião passada. A Sra. Norma
40 está aqui fazendo uma nova proposta de trabalho para facilitar os trabalhos, então se nós acharmos
41 que é vai ser mais pertinente da forma como ela propõe faremos dessa forma sem problema. A
42 questão de ter demanda de 2008 e 2009 eu acredito que o Conselho tem que ter o crivo de olhar sim,



SUS

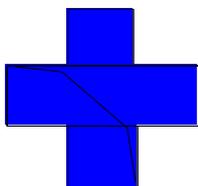
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

43 porque estamos aqui lidando com coisas públicas e isso tem que passar sim pelo Conselho para se
44 homologar. **A Secretária da CIB, Norma Fátima diz:** Antes de começar vou fazer um
45 esclarecimento. Toda vez que falamos em aprovação de resolução CIB entramos na discussão de
46 competências, o que é de competência da CIB e o que é de competência do Conselho. Acho que
47 deveríamos discutir isso em uma outra reunião como ponto de pauta, seria até melhor para deixar
48 claro. Entendo que a CIB faz a gestão do SUS, nós fazemos desdobramentos das políticas, do Plano
49 Estadual de Saúde, nós não pactuamos nada que esteja fora da política aprovada e tudo que nós
50 aprovamos, as questões de recursos para credenciamento se não estiver dentro do teto não tem como
51 pactuar. Então são coisas assim que teríamos que conhecer melhor para ajudar nesse fluxo. Com
52 relação as resoluções de 2008 e 2009 nós encaminhamos com antecedência ao conselho, assim que
53 elas são pactuadas na reunião da CIB ela é encaminhada, só que eu conversava com a Secretaria
54 Executiva do Conselho a Sra. Magali, e ela me dizia que não tinha como colocar na pauta porque a
55 pauta já estava cheia, por isso é que acumulou essas resoluções. **A Secretaria Executiva da CIB, a**
56 **Sra. Norma Fátima** sugeriu que a apresentação fosse feita por assunto e por bloco para facilitar os
57 trabalhos. **A Secretária Executiva da CIB, Norma Fátima** faz a apresentação das resoluções para
58 conhecimento e das resoluções que são para aprovação. Resoluções de **2008 para conhecimento** do
59 pleno: resoluções ESF nº 57 (Juara), NASF- 55 (Guiratinga), 94 (Primavera do Leste), 95, CAPS- 75
60 (Lucas do Rio Verde), 76 (Vila Rica), 77 (Confresa), PSE- 87(Dom Aquino), 88 (Indiavaí), 89 (Santo
61 Afonso), 90 (Porto Estrela), 99 (Santa Rita Trivelato), 100 (Nova Nazaré), 101 (Planalto da Serra),
62 Cirurgias Eletivas - 65, 66, 67, 78, TCGM- 59, 60, 96 e Manual/fluxo - 92. Em seguida a **Sra.**
63 **Norma Fátima** faz a apresentação das resoluções de **2008 para aprovação** do Pleno, resoluções PPI
64 nº 56 que altera o parágrafo 3º da resolução CIB nº 45 e as resoluções nº 79 (Juruena), 80
65 (Municípios da região de Diamantino), 83 (Recurso para rede do sangue), 84 (Recurso para
66 oncologia para região Norte e Sul), 85, Incentivo Financeiro - 81, 82, 86, Credenciamento de Serviço
67 - 58/leito UTI Sorriso, 64, Regimento CIB- 68, Educação Permanente - 72, Descredenciamento- 74,
68 PDR- 93, Educação Permanente - 97, Planeja SUS - 98. Após a apresentação das resoluções, o
69 **Presidente** coloca em votação as resoluções que são para aprovação do ano de 2008. Os conselheiros
70 que concordam com as resoluções apresentadas se manifestem levantando o braço, quem é contrario?
71 Abstenções. Ok. aprovado. **O Auditor do SUS, o Sr. Eliberto Francisco,** propõe a inversão de
72 pauta, para que a Auditoria faça a apresentação nesse momento e depois de continuidade na
73 apresentação da resoluções CIB. **O Presidente** coloca em votação a inversão de pauta. Os
74 Conselheiros que concordam com a inversão de pauta proposta pela Auditoria se manifestem
75 levantando o braço, quem é contrario? Abstenções. Ok com doze votos a favor e duas abstenções foi
76 Aprovado à inversão. **O Auditor, Sr. Eliberto** começa a apresentação e diz: A resolução 04/2009 de
77 abril determina que os relatórios de Auditoria fosse todo encaminhado para análise do Conselho, da
78 Comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica. Vou fazer aqui uma síntese das ações da
79 Auditoria de 2009 e 2010, as ações em 2009 teve um cunho mais orientativo e preventivo nos quatro
80 Hospitais Regionais, esses relatórios foram encaminhados para o Conselho, até porque em 2008 a
81 Comissão do Conselho já esteve visitando alguns Hospitais regionais, que foi em Cáceres, Colider,
82 Sorriso, e Rondonópolis. Nós auditamos também os Escritórios Regionais como: Barra do Garças,
83 Sinop, Cáceres e outros. Barra do Garças e Sinop foram denúncias na Comissão de Ética, o
84 importante em 2009 foi a auditoria conjunta, com o Denasus e o setor de Auditoria da Secretaria



SUS

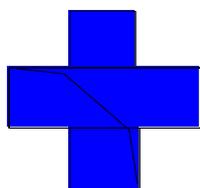
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

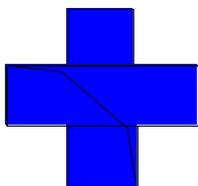
85 Municipal de Cuiabá. Nos relatórios de auditorias que fizemos na baixada cuiabana ficaram
86 constatado duas coisas: algumas deficiências na atenção básica e a deficiência também no
87 descumprimento do artigo quarto da Lei 8142, que fala da atuação do Controle Social, os Conselhos
88 Municipais de Saúde tinham certa deficiência e isso ficou bastante claro, outra coisa na maioria das
89 vezes o Secretário não é o ordenador de despesas, o que não é muita novidade. Em 2009 a Auditoria
90 também atuou a pedido, dentre outras promotorias de Várzea Grande, Rondonópolis, Juína, Nobres,
91 Sorriso, São Felix do Araguaia e de Juara, dentre esses processos um se transformou em processo de
92 improbidade administrativa contra o Gestor, amplamente divulgado na imprensa local, outro da
93 promotoria de São Feliz do Araguaia tem a propositura de uma ação por falsidade ideológica de um
94 profissional que assinava AIH em nome de outro e essas auditorias de Ministério Público precisam
95 ser entendidas como auditoria que exige da área técnica um profundo conhecimento, pesquisa,
96 elaboração do relatório e fundamentação legal. Foram realizadas auditorias a pedido da delegacia
97 fazendária em síntese nós tivemos essas auditorias em 2009. Em 2010 o que nós já fizemos até
98 agora? Auditoria no Hospital Regional de Rondonópolis tivemos lá um caso no setor de
99 imaginologia, o não funcionamento do tomógrafo, onde a Secretaria estava pagando uma clinica
100 particular, mas hoje a SES já corrigiu o aparelho já está funcionando e não se paga mais a clinica
101 particular. Temos também uma gama muito grande de solicitação da comarca de Sorriso ao
102 Ministério Público com relação atendimento ao paciente, temos também uma Auditoria programada
103 no município de Várzea Grande pelo não funcionamento do aparelho de imaginologia, na unidade de
104 oncologia de Cáceres e atuamos recentemente no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá e na
105 Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá a pedido do Ministério Público da capital. Com relação a
106 atenção básica nós temos feito algumas auditorias em conjunto com os escritórios regionais. A CGU
107 a algum tempo atrás verificava a aplicabilidade do recurso em especial com relação à vigilância
108 sanitária, nos últimos sorteios que a um ano atrás a CGU mudou de vertente ela quer saber a
109 aplicabilidade do recurso na atenção básica do município e a prestação de contas. Paralelo a isso,
110 uma coisa interessante que está acontecendo em conjunto com a Superintendência de Políticas,
111 gostaria até de parabenizar a Estela Maris, pelo planejamento que foi feito pela Superintendência,
112 onde a Auditoria foi chamada a contribuir, pois está acontecendo as oficinas nas regionais o chamado
113 PlanejaSUS programa este do Ministério da Saúde. O objetivo dessas auditorias é verificar quais as
114 dificuldades que o município tem na elaboração do Pleno Municipal de Saúde e em determinado
115 momento até ensinar o município a preencher o formulário, e isso está sendo feito pela
116 Superintendência de Política e nós estamos em um trabalho conjunto participando dessas oficinas
117 com técnicos da Auditoria para mostrar também a importância de estabelecer a regulação, o controle
118 e avaliação conforme preconiza o pacto. Estamos também com auditoria nas unidades concentradas
119 no Cermac, na Gerencia de medicamentos de auto custo e no Cridac. No Cermac e no Cridac estamos
120 vendo a questão da parte estrutural, condições de trabalho, de cumprimento de legislação, fora os
121 pareceres das prestações de contas dos Hospitais Regionais e alguns trabalhos que nós temos feito a
122 pedido da Comissão Processante da SES. Pretendemos implementar nosso PTA para que possamos
123 cumprir nossa meta em 100% e com isso cumprir o nosso máximo. O nosso Projeto para 2011, além
124 de todas essas ações de monitoramento com relação ao serviço de saúde do SUS no âmbito Estadual
125 e Municipal está projetado também a realização de quatro ou cinco oficinas regionais para multiplicar
126 essa ação que foi feita no Estado, para cumprirmos um plano estratégico uma ação do Ministério que





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

127 prevê o que esta acontecendo hoje, o repasse de informações para que os Conselheiros se utilizem
128 dessa informação quanto ao desempenho da sua função do monitoramento e controle e avaliação nos
129 municípios. **A Conselheira Maria Luiza Ortiz diz:** Parabeniza a equipe pela apresentação, queria
130 dizer que nós avançamos muito com relação as parcerias, acho que a Secretaria de Gestão
131 Participativa quando promoveu todo esse repasse de recursos dos quatro eixos que estão
132 contemplados a questão da Ouvidoria, Auditoria, Controle Social e monitoramento. Com relação a
133 portaria 3060 nós tivemos uma certa dificuldade de trabalhar de forma integrada, pois cada um pegou
134 a sua parte do dinheiro e foi fazer de forma isolada. **O Conselheiro João Dourado diz:** Eu vejo que
135 o Conselho deve se posicionar claramente, porque nesse momento que estamos passando de processo
136 eleitoral o Conselho precisa ter uma posição clara de que forma nós queremos trabalhar a gestão e o
137 Controle Social, para até apresentarmos em uma agenda neste conselho com todos os candidatos a
138 Governo do Estado. A Secretaria de Saúde não pode ficar refém da SAD, para compra de materiais e
139 insumos, acho que o Conselho tem que deliberar aqui para uma resolução dizendo qual o candidato
140 que vai assumir aqui esse compromisso. Não da para a Secretaria de Saúde ser comparada com a
141 SAD, com SEFAZ, SEPLAN, a Saúde é diferente. **A Conselheira Marivanda diz:** parabeniza a
142 apresentação do Sr. Eliberto e de toda a sua equipe. A Marivanda diz que as comissões tem que
143 tomar conhecimento desses relatórios e começar otimizar isso dentro dos seus afazeres,
144 principalmente a comissão de monitoramento e avaliação isso vai nos favorecer muito nas visitas aos
145 municípios. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz:** parabeniza o Sr. Eliberto e toda sua equipe e diz,
146 não sei como o conselho vai fazer, mas acho que a Saúde não deve estar no contexto da SAD, por
147 exemplo, a questão de medicamentos, toda vez é um problema para compra de medicamentos, as
148 pessoas parece que estão cegas com relação a isso, a saúde tem que ser diferenciada, como planejar
149 SUS dessa forma, às vezes demora até seis meses para se comprar um medicamento na SAD, isso
150 tem que acabar dessa forma não é planeja SUS e sim planeja SAD. **O Conselheiro Jader diz:** Eu
151 como gestor sinto a dificuldade de não gerir todo o recurso da saúde na sua totalidade, eu administro
152 a pasta e apenas 75% dos recursos, mas tem a outra parte que não. Nós estamos percebendo que a
153 saúde do Estado está emperrada na SAD, existe processo licitatório que chega a durar nove meses e
154 isso da problema lá na ponta com a gente no município, tenho pedido de aparelho auditivo que já está
155 para mais de dois anos, e isso tudo causa a judicialização. Contudo acho que isso tem que ser
156 resolvido para as pessoas não padeçam, a saúde tem que ser independente. **A Presidente eleita ad-**
157 **doc Leila Boabaid** encerra as discussões e diz que a apresentação dos relatórios de Auditoria fica
158 apenas para conhecimento do Pleno e em seguida faz os devidos encaminhamentos. Existe um
159 encaminhamento feito por mim e pela conselheira Marivanda que é o seguinte: Aprovar uma
160 resolução do Conselho Estadual definindo fluxo e quais as matérias que serão de discussão e
161 aprovação das resoluções CIB pelo Pleno, temos também uma proposta da Conselheira Estela Maris
162 que eu acho que cabe na mesma resolução que é a seguinte: criar um espaço, a exemplo da ouvidoria
163 para CIB garantir na pauta do Conselho um espaço para apresentação e aprovação das resoluções
164 CIB. A outra proposta é do Conselheiro João Dourado, de convocar os pré-candidatos a Governo do
165 Estado para que venham aqui no Pleno discutir as suas propostas, o plano de governo com relação ao
166 SUS de MT. **O Auditor Eliberto diz:** só gostaria de colocar uma coisa aqui para ficar registrado, a
167 Auditoria Geral do SUS foi criado por Lei Complementar nº 143/2003, essa Lei previa que Auditoria
168 teria uma estrutura de cargos de um Auditor Geral, um Adjunto e dois coordenadores, essa estrutura



SUS

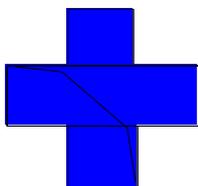
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

169 não existe mais, pois, sucessivos decretos que vieram pós lei, tem na estrutura apenas um Auditor
170 Geral, não tem mais cargos de suporte na Auditoria, que eu acho que há um equívoco jurídico nisso.
171 **O Conselheiro Carlos Eilert diz:** diante o que o Auditor colocou, acho que este conselho só tem
172 uma solução, encaminhar a situação dos decretos que ali estão, que ferre justamente a Lei, que saia
173 um parecer da Assessoria Jurídica deste Conselho em relação a esta situação e que a partir daí venha
174 para este pleno deliberar, e que se for o caso abrirmos uma denúncia no Ministério Público Estadual
175 para o Cumprimento da Lei. **A Presidente** faz o encaminhamento do conselheiro Carlos Eilert: O
176 Conselho Estadual encaminhar um pedido de ação, a assessoria jurídica do Conselho fazer uma
177 análise de todos esses decretos e trazer ao Pleno um parecer jurídico para que este delibere o
178 encaminhamento a ser tomado. Em regime de votação, os conselheiros que concordam com o
179 referido encaminhamento permaneçam como estão quem é contrário? abstenções. Ok aprovado por
180 unanimidade. Após a votação a conselheira Leila Boabaid passa a Presidência ao Sr. Carlos Eilert,
181 Vice Presidente do CES. **O Presidente Carlos Alberto Eilert diz:** Vamos então para o próximo
182 ponto de pauta conforme inversão aprovada, **Pauta 2.2** Composição da CAM- Comissão de Apoio a
183 Municipalização, conforme aprovação da resolução 001/2002, e passa a fala ao **Conselheiro João**
184 **Dourado que diz:** A Resolução 001/2002, e eu me lembro que o Pleno do Conselho já encaminhou a
185 alteração e a discussão desta resolução, e até então nós não fizemos. Ela determinou o fluxo da CIB
186 com o Conselho Estadual de Saúde e na época até elegeu uma comissão chamada CAM-Comissão de
187 Apoio a Municipalização, e para lembrarmos que em 2004 com a alteração do regimento interno
188 criou-se uma outra comissão chamada Comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica, que no
189 ponto de vista ela veio para substituir a CAM. Então eu digo que essa resolução está normatizando
190 corretamente o fluxo, veja bem aqui no artigo primeiro: todas as resoluções da CIB devem ser
191 informadas através de parecer ao Conselho Estadual de Saúde, artigo segundo, as resoluções da CIB
192 que deliberarem sobre contratos, convênios e recursos financeiros no âmbito estadual de municipal e
193 prestação de contas tem obrigatoriamente ser homologada pelo Conselho Estadual de Saúde. Então
194 essa resolução esta normatizando o fluxo. Acho que o artigo que cria a CAM teria que ser alterado,
195 porque o regimento interno criou uma comissão substituindo a CAM, mas não pediu a alteração da
196 resolução. Então eu sugiro que o artigo quarto seja alterado e colocar nessa resolução a Comissão de
197 monitoramento e Cooperação Técnica aos Conselhos Municipais de Saúde para ela continuar fazendo
198 o que diz a resolução. **A Conselheira Leila Boabaid diz:** propõe fazer uma revisão desta resolução
199 para rever o fluxo e apresentar ao Pleno, inclusive incluir a análise dos processos de Auditoria. **A**
200 **Conselheira Estela Maris** faz a proposta que a análise das resoluções CIB passe cada mês por uma
201 comissão em forma de rodízio. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz:** Acho que a Secretaria
202 Executiva deveria receber as resoluções e repassar para as devidas comissões. **A Conselheira**
203 **Marivanda** faz o seguinte esclarecimento: A comissão de monitoramento tem que ter ciência do que
204 cada comissão encaminhou sobre essas resoluções antes de vir para o Pleno. **O Presidente Carlos**
205 **Eilert diz:** Temos então uma proposta do Conselheiro João Dourado que e a seguinte: Proposta de
206 alteração do artigo terceiro, do artigo quarto e do artigo quinto e inclusão de um parágrafo único
207 aonde diz que deverão sistematicamente as resoluções da CIB passar para as devidas comissões e que
208 a CIB deverá ter um espaço nas reuniões do Pleno para apresentação e homologação das resoluções.
209 Em processo de votação, os que concordam com o que foi proposto aqui de levar para Assessoria
210 Jurídica fazer revisão da resolução 001/2002 com as devidas adequações revogando a anterior e que



SUS

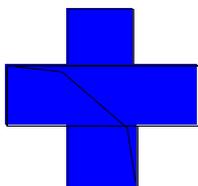
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

211 seja apresentado no Pleno na próxima reunião ordinária, por favor, se manifeste levantando o braço,
212 quem é contrário? Abstenções. Com doze votos favoráveis, uma abstenção. Fica aprovado o
213 encaminhamento. Com isso o Presidente encerra a reunião do período da manhã. **O Presidente**
214 **Carlos Eilert**, dá início à reunião do período **VESPERTINO** e passa a fala para a técnica Norma
215 Fátima dar continuidade as apresentações das resoluções CIB. **A técnica Norma Fátima**, faz a
216 apresentação das **resoluções de 2009 para conhecimento**: resoluções UPA- nº 89, 94, 93, 96, PPI –
217 16, 19, 25, 26, 27, 41, 42, 43, 65, 66, 83, 84, 85, 86, 102, 103, 104, Cirurgias Eletivas – 64, 75, 92,
218 101, TCGM – 30, 31, 38, 39, 84, 114, 117, 122, 136, Unidade Sentinela – 32, Manual/ Fluxo – 76,
219 78, Criação CGR - 109 Fluxo Serv. Funasa – 112, Tuberculose – 118, Planeja SUS – 5, 95, NASF –
220 07, 12, 13, 14, 15, 91, UDR- 73, 06, 09, PSE – 01, 02, 03, MAC – 17, 18, USF – 29, Habilitação
221 Laqueadura – 35, Vacina do Idoso – 36, Saúde Bucal – 67, 77, 100, 105, 106, 125, 130, 131, 132,
222 Equipe Saúde da Família – 87, 111, 129, CEO – 124, NASF – 74, UDR – 73, Vacina Animal 79. Em
223 seguida a **Sra. Norma Fátima** faz a apresentação das **resoluções de 2009 para aprovação** do pleno,
224 resoluções SAMU – 97, 115, Credenciamento – 10, 11, Credenciamento de Serviço – 24, 28, 90, 123,
225 127, 128, 142, CIES – 71,72, Incentivo financeiro do MS – 40, Educação Permanente – 04, 33, 90,
226 108, 120, 121. Após a apresentação das resoluções, **o Presidente** coloca em votação as resoluções
227 que são para aprovação do ano de 2009. Os conselheiros que concordam com as resoluções
228 apresentadas se manifestem levantando o braço, quem é contrario? Abstenções. Ok. aprovado. **A**
229 **técnica Norma Fátima**, faz a apresentação das **resoluções de 2010 para conhecimento** do Pleno:
230 resoluções UPA – 12, 14, 16, 35, SAMU – 13, 67, PPI – 09, 10,39, Cirurgias Eletivas – 29, 30,
231 TCGM – 73, UBS – 72, Aquisição de Equipamentos – 04, 05, 06, 07, 11, 21, 27, 31, 32, 34, 44, 48,
232 52, 56, 59, 61, 63, 71, Planeja SUS – 43, Gestão – 151, Dengue – 53, NASF – 17, Saúde Bucal – 26,
233 42, 45, 46, 47, 49, 50, Equipe Saúde da Família – 38, 41, Projeto Olhar Direto – 03, SISPACTO – 18.
234 Em seguida a **Sra. Norma Fátima** faz a apresentação das **resoluções de 2010 para aprovação** do
235 pleno: Sala de Estabilização – 33, 68, Credenciamento de Serviço – 36, 40, 55, 64, 65, Incentivo
236 Financeiro do MS – 02, 15, 19, 20, 28, 60, 69, Educação Permanente – 01, 57, 66. Após a
237 apresentação das resoluções, **o Presidente** coloca em votação as resoluções que são para aprovação
238 do ano de 2010. Os conselheiros que concordam com as resoluções apresentadas se manifestem
239 levantando o braço, quem é contrario? Abstenções. Ok. aprovado. **A Sra. Norma Fátima** faz um
240 encaminhamento ao Pleno, que devido à ausência da área técnica da Vigilância Sanitária, que as
241 resoluções referente à Vigilância fosse apresentada na próxima reunião ordinária do Conselho. **O**
242 **Presidente, Carlos Eilert**, coloca em votação o encaminhamento que é aprovado. Fica para serem
243 apresentadas e homologadas na próxima reunião ordinária (01/09/10) as seguintes resoluções:
244 Resoluções de 2008, Plano Visa – 61, 69, 70, 71, 73, 91, PAVS – 62, TFVS – 63, Resoluções de
245 2009, Sala de estabilização – 126, Plano de Vigilância Sanitária – 34, 37, 68, 69, 70, 80, 81, 110,
246 134, Piso Visa – 20, 21, 22, 23, Resoluções 2010, Plano de Vigilância Sanitária – 08, 22, 23, 24, 25,
247 54, 58. Após a apresentação e os encaminhamentos, o Presidente da seqüência a reunião passando
248 para Secretaria Executiva para os informes finais. **O Secretário Executivo, Ivan Seba diz:**
249 Secretaria Geral recebeu um Memorando Nº 078 da Coordenadoria de Planejamento, convidando
250 para uma oficina com todos os conselheiros para apresentar a condução da elaboração do PTA –
251 2011 numa perspectiva geral e qualitativa do processo que será realizada dia 19/08/10 das 14:00 às
252 18:00 hs no Auditório da SEMA. **Segundo informe**, A Agencia Nacional de Vigilância Sanitária



SUS

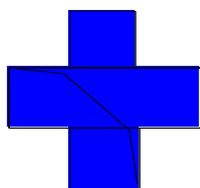
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

253 convida um representante do Conselho Estadual de Saúde para participar do **Fórum Regional da**
254 **VISA: “Prática e políticas em Vigilância Sanitária”**. A etapa da região Centro-Oeste será realizada
255 nos dias 09 e 10 de Setembro em Brasília/DF e as despesas serão pagas pelo Ministério da Saúde. **O**
256 **Presidente, Carlos Eilert** abre para as inscrições dos conselheiros para participar do evento, o
257 Conselheiro Carlos Eilert se inscreve para a vaga e o conselheiro José Carlos Bazan também se
258 inscreve. Após as inscrições o Presidente coloca em votação e fica eleito para representar o CES/MT
259 no evento o Sr Carlos Alberto Eilert como titular e o Sr José Carlos Bazan como suplente. **Terceiro**
260 **informe Foi** publicado no Diário Oficial de 05/08/10 e decreto nº 2719 – que institui o Comitê
261 Interinstitucional de mobilização, prevenção e controle da dengue no Estado de Mato Grosso e
262 aprova o seu regimento. Após feito a leitura dos informes finais, o **Presidente Augusto Carlos Patti**
263 **do Amaral** agradece a presença de todos e finaliza a reunião. Nada mais havendo a ser deliberado
264 pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta minutos, após lida e achada
265 conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente do Conselho**
266 **Estadual de Saúde, Augusto Carlos Patti do Amaral**, pelo Secretário Executivo, **Ivan Utsch Seba**
267 e pelos demais Conselheiros presentes: **Leila Maria Boabaid Levi (SES); Maria Luiza Ortiz**
268 **(FUNASA); Claudia Monaski da Cunha (SINDESSMAT); Jader Luiz Borges Correa**
269 **(COSEMS); Maria Aparecida de Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza**
270 **(CRESS); José Alves Martins (CREFITO); Marivanda Inez Pereira Eilert (CRMV); Zuleide**
271 **Pulcherio Klein (Suplente SISMA); Jose Carlos Bazan (ADERCO); Lucimar Brito da Palma**
272 **(Suplente Aderco); Edvande Pinto de França (Movimento de Raças); Suely Correa de Oliveira**
273 **(MOPS); Marcia Regina Gomes Pereira (NEON); João Luiz Dourado (CUT); Antônia Lucia**
274 **Ribeiro (FEMAB); Paula Naves Alves (Criança Adolescente); Louzite Ferreira da Silva (Assoc.**
275 **dos Aposentados).**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342